



Publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão

Kasumigaseki 2-2-1, Chiyoda-ku, Tokyo 100-8919, Japão

Tel: +81-(0)3-3580-3311

<http://www.mofa.go.jp/>

Takeshima

Em busca de uma Solução baseada no Direito e no Diálogo



A Consistente Posição do Japão acerca da Soberania Territorial Sobre Takeshima

- Takeshima é, indiscutivelmente, parte inerente do território japonês, à luz dos fatos históricos e baseando-se no direito internacional.
- A ocupação de Takeshima pela República da Coreia não tem qualquer respaldo jurídico internacional. Sendo assim, quaisquer medidas adotadas pela República da Coreia sobre Takeshima, baseadas nessa ocupação ilegal, também não têm justificativa legal.
- O Japão continuará a buscar uma solução para a disputa sobre a soberania territorial de Takeshima baseando-se no direito internacional, serena e pacificamente.

● Dados de Takeshima

Takeshima está localizada no Mar do Japão e faz parte da cidade de Okinoshima, na província de Shimane. Sua área total é de 0,21km² e é principalmente composta por duas ilhas, Ilha Higashijima (Mejima) e Ilha Nishijima (Ojima). Estas ilhas são acidentadas e constituídas de rocha vulcânica com pouca vegetação e água potável.

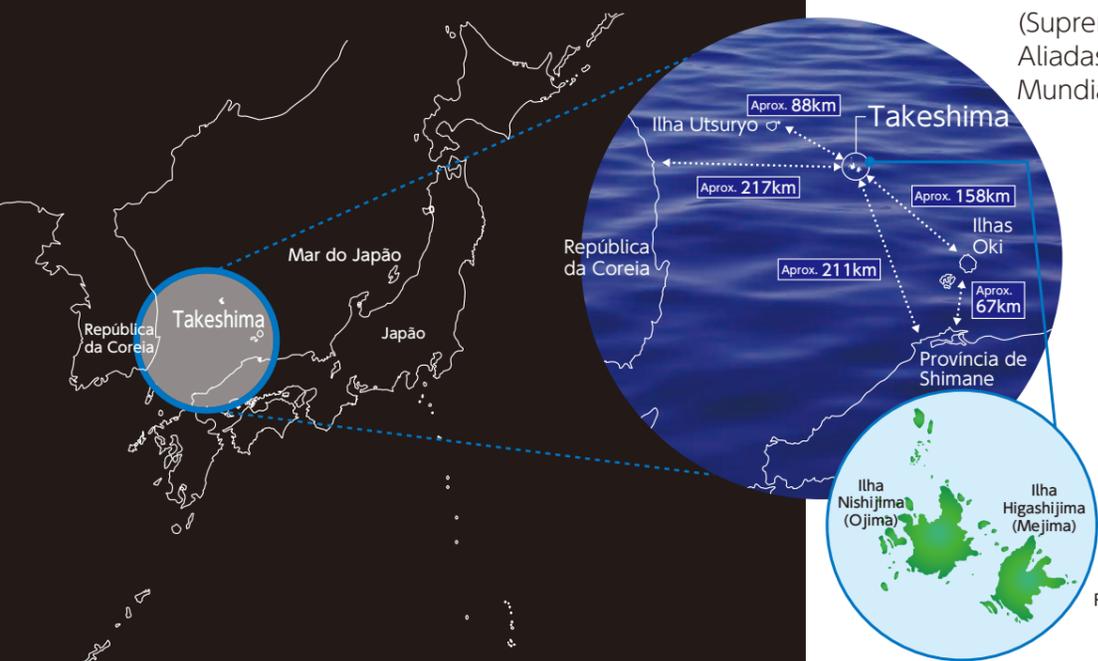


Foto da Capa: ©Shisei Kuwabara

Índice

Parte 1: Origens da Questão de Takeshima

- Takeshima segundo o Tratado de Paz de São Francisco 2
- O estabelecimento da "Linha Syngman Rhee" e a ocupação ilegal de Takeshima pela República da Coreia 3
- Proposta de encaminhamento à Corte Internacional de Justiça (CIJ) 4

Parte 2: Takeshima, uma Parte Inerente do Território do Japão

- Reconhecimento de Takeshima / Soberania sobre Takeshima 5
- Incorporação de Takeshima à província de Shimane 6

Parte 3: Respondendo às Dúvidas sobre Takeshima

- Q.1 Takeshima aparece em mapas ou documentos antigos da Coreia? 7
- Q.2 Existe comprovação de que a Coreia era detentora da soberania sobre Takeshima antes de sua incorporação pelo governo japonês em 1905? 7
- Q.3 Takeshima foi excluída do território japonês pelo SCAP (Supremo Comando das Forças Aliadas) após a Segunda Guerra Mundial? 8

Parte 1 Origens da Questão de Takeshima

Takeshima segundo o Tratado de Paz de São Francisco

● O Tratado de Paz de São Francisco, assinado em setembro de 1951, estipulou que "O Japão, ao reconhecer a independência da Coreia, renuncia a todos os direitos, títulos e reivindicações sobre a Coreia, incluindo as ilhas de Quelpart, Port Hamilton e Dagelet".

Ao tomar conhecimento do teor desta parte do Tratado, que foi elaborado pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido em julho de 1951, a República da Coreia, através de seu embaixador nos Estados Unidos, You Chan Yang, enviou uma carta para o secretário de Estado dos EUA, Dean G. Acheson. Na carta, o embaixador escreveu: "Meu governo solicita que a palavra 'renuncia' no Parágrafo (a), do Artigo 2, seja substituída por 'confirma que renunciou, em 9 de agosto de 1945, a todos os direitos, títulos e reivindicações sobre a Coreia e as ilhas que faziam parte da Coreia antes de sua anexação pelo Japão, incluindo as ilhas Quelpart, Port Hamilton, Dagelet, Dokdo e Parangdo'". Em outras palavras, a República da Coreia solicitou que Takeshima fosse adicionado à lista das áreas às quais o Japão deveria renunciar.

Em agosto do mesmo ano, os Estados Unidos responderam ao embaixador Yang, por meio de uma carta do secretário de Estado adjunto dos EUA para Assuntos do Extremo Oriente, Dean Rusk, negando inequivocadamente as alegações da República da Coreia.

Na carta dizia: "... o Governo dos Estados Unidos não reconhece que o Tratado (Tratado de Paz de São Francisco) deva adotar a teoria de que a aceitação da Declaração de Potsdam pelo Japão, em 9 de agosto de 1945, constituiu uma renúncia

formal ou definitiva de soberania por parte do Japão sobre as áreas tratadas na Declaração. Quanto à ilha de Dokdo, também conhecida como Takeshima ou Liancourt Rocks, esta formação rochosa normalmente desabitada, de acordo com as nossas informações, nunca foi tratada como parte da Coreia e, desde 1905, tem estado sob a jurisdição administrativa das Ilhas Oki, da província de Shimane, no Japão. A ilha parece nunca ter sido reivindicada pela Coreia."

Isto indica que, embora o Tratado de Paz de São Francisco tenha designado a "Coreia, incluindo as ilhas de Quelpart, Port Hamilton e Dagelet", como áreas que o Japão deveria renunciar a todos os direitos, títulos e reivindicações, Takeshima não foi incluída intencionalmente nessa lista. É, portanto, evidente que o Tratado de Paz de São Francisco, promulgado para restaurar a ordem internacional, confirma Takeshima como parte do território do Japão.

Palavra-chave

O Tratado de Paz de São Francisco

O Tratado de Paz de São Francisco é um tratado de paz assinado entre o Japão e as Potências Aliadas após o término da Segunda Guerra Mundial. Em 8 de setembro de 1951, uma conferência de paz foi realizada em São Francisco, nos Estados Unidos, e o Tratado foi assinado pelo Japão e outras 48 nações. Em 28 de abril de 1952, a promulgação deste tratado habilitou o Japão a restaurar sua soberania.

or final renunciation of sovereignty by Japan over the areas dealt with in the Declaration. As regards the island of Dokdo, otherwise known as Takeshima or Liancourt Rocks, this normally uninhabited rock formation Takeshima was according to our information never treated as part of Korea and, since about 1905, has been under the jurisdiction of the Oki Islands nunca foi tratada como parte da Coreia esteve sob jurisdição administrativa das Ilhas Oki, Branch Office of Shimane Prefecture of Japan. The island does not appear ever before to have been claimed by Korea. It is understood that a província de Shimane, do Japão. A ilha parece nunca ter sido reivindicada pela Coreia.

A carta do então secretário adjunto de Estado dos EUA para Assuntos do Extremo Oriente, Dean Rusk, de agosto de 1951, em que as reivindicações da República da Coreia são rejeitadas. (cópia)

O estabelecimento da "Linha Syngman Rhee" e a ocupação ilegal de Takeshima pela República da Coreia

● Em janeiro de 1952, o presidente da República da Coreia, Syngman Rhee, emitiu uma declaração a respeito da soberania marítima, estabelecendo a chamada "Linha Syngman Rhee". O estabelecimento desta linha, abrangendo Takeshima e uma grande área de águas com jurisdição de pesca, foi um ato unilateral, em contravenção ao direito internacional. Desde então, vários barcos de pesca japoneses que atravessaram a linha foram capturados pelas autoridades coreanas, resultando em várias mortes de civis japoneses. Em julho do mesmo ano, o Comitê Misto Japão-EUA (um órgão consultivo que une os governos japonês e norte-americano) concordou em designar Takeshima como área de treinamento de bombardeio das forças dos EUA. Isto indica claramente que os Estados Unidos tratavam Takeshima oficialmente como parte do território do Japão, mesmo após o retorno da soberania ao Japão, com a promulgação do Tratado de Paz de São Francisco.

● Em julho de 1953, um navio de patrulha japonês da Agência de Segurança Marítima (hoje Guarda Costeira do Japão), que exigia a coreanos praticando pesca ilegal deixassem Takeshima, foi alvejado por autoridades coreanas.

Em junho de 1954, o Ministério do Interior da República da Coreia anunciou que a guarda costeira do país havia enviado um batalhão permanente para Takeshima. Em agosto do mesmo ano, um navio da Agência de Segurança Marítima do Japão, em patrulha nas proximidades de Takeshima, foi alvejado por fogo vindo das ilhas. Este incidente confirmou que forças de segurança da República da Coreia tinham se estabelecido em Takeshima.

A ocupação ilegal de Takeshima pela República da Coreia continua até hoje, com o estabelecimento de forças de segurança, bem como com a construção de alojamentos, um posto de vigilância, um farol, instalações de atracamento e outras estruturas nas ilhas.

● A ocupação de Takeshima pela República da Coreia é ilegal e não tem qualquer respaldo no direito internacional. Nenhuma medida tomada pela República da Coreia em relação a Takeshima durante sua ocupação ilegal tem qualquer justificativa legal. Esta ocupação ilegal é inaceitável, dada a soberania do Japão sobre Takeshima. O Japão tem feito repetidamente fortes protestos, exigindo o fim da ocupação.

Palavra-chave

Linha Syngman Rhee

Em 18 de janeiro de 1952, o presidente da República da Coreia, Syngman Rhee, declarou soberania marítima sobre a área, e o governo do país, unilateralmente e em violação ao direito internacional, estabeleceu uma linha no Mar do Japão e no Mar do Leste da China, que se tornou conhecida como "Linha Syngman Rhee".



Pescadores japoneses libertados após serem capturados por um navio da marinha coreana na Linha Syngman Rhee e mantidos prisioneiros por mais de dois meses (novembro de 1953) (Foto: Yomiuri Shimbun)

Proposta de encaminhamento à Corte Internacional de Justiça (CIJ)

● Desde a criação da "Linha Syngman Rhee", pela República da Coreia, o Japão tem feito fortes protestos contra as ações adotadas pela República da Coreia, como a reivindicação da soberania sobre Takeshima, a pesca ao redor das ilhas, os disparos contra embarcações de patrulha japonesas e as construções nas ilhas. A fim de solucionar pacificamente a disputa, o Japão propôs à República da Coreia que a questão fosse submetida à Corte Internacional de Justiça, em setembro de 1954. No entanto, a República da Coreia rejeitou a proposta no mês seguinte. Por ocasião da reunião de chanceleres dos dois países, em março de 1962, o Japão propôs novamente que a questão fosse submetida à Corte, mas a proposta foi invariavelmente rejeitada por aquele país. Em agosto de 2012, a República da Coreia rejeitou também uma terceira proposta de submissão da questão à Corte.

● A Corte Internacional de Justiça é um sistema no qual os processos são iniciados apenas quando ambas as partes da controvérsia concordam em levar o caso à Corte. Assim, mesmo que o Japão leve a questão à Corte de forma unilateral, a Corte não irá iniciar o processo enquanto a República da Coreia também não concordar voluntariamente.

● Note-se que, no relatório do embaixador Van Fleet, que visitou a República da Coreia em 1954, está registrado que os Estados Unidos, apesar de considerarem que Takeshima faz parte do território japonês, consideram também que seria apropriado que a disputa fosse submetida à Corte Internacional de Justiça. O embaixador Fleet informou ainda que os Estados Unidos transmitiram tal proposta à República da Coreia.

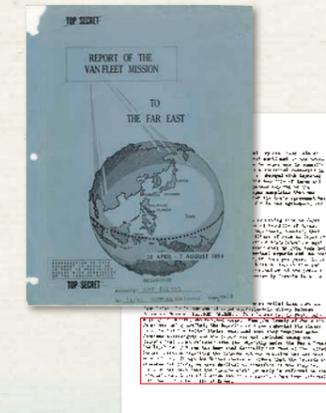
Palavra-chave

A Corte Internacional de Justiça (CIJ)

A Corte Internacional de Justiça é o principal organismo judicial das Nações Unidas. Destina-se a resolver controvérsias entre Estados e a fornecer pareceres consultivos a pedido da Assembléia Geral, do Conselho de Segurança, bem como de outros órgãos das Nações Unidas e das agências especializadas autorizadas pela Assembléia Geral. Apenas os Estados poderão ser partes em casos perante a Corte. Os indivíduos ou organizações internacionais, entre outros, não podem trazer casos perante a Corte.



O Palácio da Paz em Haia, na Holanda, que abriga a Corte Internacional de Justiça (CIJ) (Foto: ANP / Jiji Press Photo, Ltd.)



Os Estados Unidos consideram que as ilhas Takeshima são parte do território japonês

A posição americana considera como mais adequada que a disputa seja submetida à Corte Internacional de Justiça, e esta proposta foi informalmente transmitida à República da Coreia.

a group of barren, uninhabited rocks. When the Treaty of Peace with Japan was being drafted, the Republic of Korea asserted its claims to Dokto but the United States concluded that they remained under Japanese sovereignty and the Island was not included among the Islands that Japan released from its ownership under the Peace Treaty. The Republic of Korea has been confidentially informed of the United States position regarding the islands but our position has not been made public. Though the United States considers that the islands are Japanese territory, we have declined to interfere in the dispute. Our position has been that the dispute might properly be referred to the International Court of Justice and this suggestion has been informally conveyed to the Republic of Korea.

Relatório da missão de Van Fleet (cópia)

Parte 2 Takeshima, uma Parte Inerente do Território do Japão

Reconhecimento de Takeshima

● O grupo de ilhas atualmente chamado de Takeshima era conhecido no Japão como "Matsushima", e a ilha atualmente conhecida como Utsuryo (pronuncia-se "Ulleung" em coreano) era conhecida como "Takeshima" ou "Isotakeshima". Evidentemente, segundo uma série de documentos, o Japão há muito reconhecia a existência de ambas "Takeshima" e "Matsushima". Por exemplo, em muitos mapas, incluindo o "Kaisei Nippon Yochi Rotei Zenzu" (Revisão Completa do Mapa das Terras e Estradas Japonesas, publicado pela primeira vez em 1779), por Sekisui Nagakubo, que é a mais proeminente projeção cartográfica publicada do Japão, as localizações das Ilhas Utsuryo e Takeshima estão devidamente registradas em suas posições atuais entre a península coreana e as Ilhas Oki.

Soberania sobre Takeshima

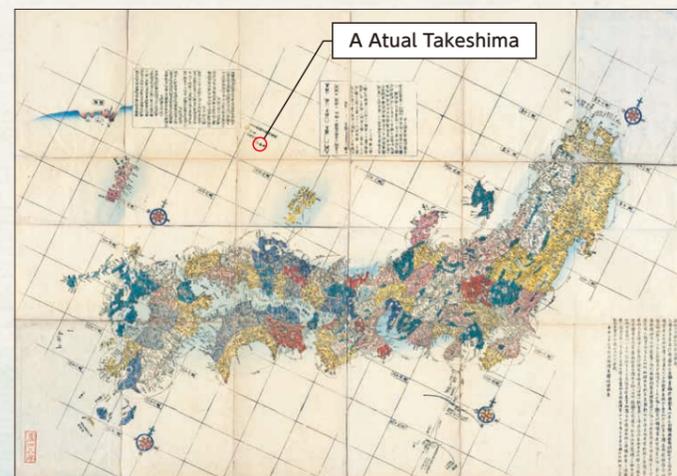
● Em 1618 (ver nota), Jinkichi Ohya e Ichibei Murakawa, dois comerciantes de Yonago, na região Houki-no-kuni, governada pelo clã Tottori, receberam a permissão do shogunato para dirigirem-se à Ilha Utsuryo (então chamada "Takeshima", no Japão). Posteriormente, as duas famílias revezaram-

se nas viagens anuais à Ilha Utsuryo e engajaram-se em atividades como a pesca de abalones, a caça de leões-marinhos e o corte de árvores. Ambas as famílias construíram navios cujas velas ostentavam o brasão da malva-rosa da família no poder do shogunato, e dedicaram-se à pesca em torno da Ilha Utsuryo. Eles ofereceram abalones em tributo ao shogunato e a outros. As famílias estavam engajadas assim em uma espécie de monopólio na ilha, com o beneplácito do shogunato.

Durante este período, Takeshima, que se encontrava na rota das Ilhas Oki para a Ilha Utsuryo, serviu como um porto de navegação e ponto de aportamento (ancoragem) de navios. Forneceu rica área para a caça de leões-marinhos e a pesca de abalones. Estes fatos evidenciam que o Japão já havia estabelecido a soberania sobre Takeshima, o mais tardar, em meados do século XVII.

● Se o shogunato tivesse reconhecido a Ilha Utsuryo e Takeshima como territórios estrangeiros, teria proibido o traslado àquelas ilhas, pois a política de isolamento adotada em 1635, que fechava o Japão para o mundo exterior, proibia a viagem de japoneses ao exterior. No entanto, nenhuma medida nesse sentido foi adotada.

(Nota) Alguns acreditam que isto ocorreu em 1625.



Revisão Completa do Mapa das Terras e Estradas Japonesas (1846) (Biblioteca da Universidade Meiji)



Autorização para traslado (cópia) Incluída em "Excerpts from the Record of the Passage to Takeshima" (Foto fornecida pelo Tottori Prefectural Museum)

Incorporação de Takeshima à província de Shimane

● No início da década de 1900, a pesca de leões-marinhos passou a ser realizada regularmente em Takeshima, tornando-se uma atividade bastante competitiva. Em 1904, Yozaburo Nakai, um morador das Ilhas Oki, da província de Shimane, visando a estabilização do seu negócio de caça a leões-marinhos, solicitou ao governo japonês o arrendamento de Takeshima. Sua solicitação foi atendida e, em 1905, o governo incorporou Takeshima ao território da província de Shimane, através de uma decisão do Gabinete Ministerial.

● Com base nesta decisão do Gabinete Ministerial estipulando que Takeshima ficasse sob a jurisdição de Okinoshima, sucursal do governo da província de Shimane, o governador desta província registrou Takeshima no Registro Territorial do Estado e estabeleceu um sistema de licenças para a caça de leões-marinhos. A caça de leões-marinhos continuou desde então até 1941.

● Com base na decisão do Gabinete Ministerial e outras instruções oficiais, o governador da província de Shimane anunciou, em fevereiro de 1905, a denominação oficial de "Takeshima", lembrando que esta estava sob a jurisdição de Okinoshima, e também informou ao governo de Okinoshima a respeito. Estas medidas foram publicadas nos jornais daquele dia e foram amplamente divulgadas.



A decisão do Gabinete Ministerial de 28 de janeiro de 1905 (Foto: Japan Center for Asian Historical Records / Coleção: National Archives of Japan)



Pescadores japoneses ativamente engajados na pesca em torno de Takeshima (década de 1930). (Foto: Coleção particular, fornecida por "Takeshima Archives Room" do governo da província de Shimane).



Empresa pesqueira de Takeshima, por volta de 1909 (Foto: De "A Historical-Geographical Study of Takeshima", por Kenzo Kawakami; Kokon Shoin)

Parte 3 Respondendo às Dúvidas sobre Takeshima

Q.1

Takeshima aparece em mapas ou documentos antigos da Coreia?

A.1

Não. A República da Coreia afirma que a "Ilha Usan", mencionada em mapas e documentos coreanos antigos, é a atual Takeshima. No entanto, não há fundamento nessa afirmação.

Sobre os mapas antigos que a República da Coreia considera como "provas"

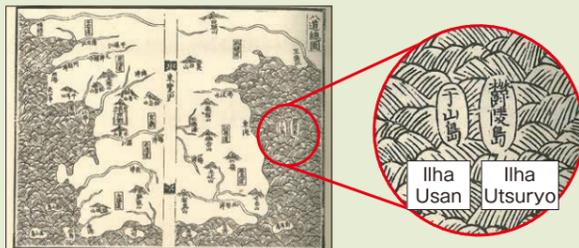
A República da Coreia insiste que os mapas coreanos que datam do século XVI descrevem Takeshima como Ilha Usan. No entanto, a Ilha Usan indicada em mapas coreanos até o presente não é Takeshima.

Sobre os documentos antigos que a República da Coreia apresenta como "provas"

Segundo documentos coreanos antigos, como o "Sejong Sillok Jiriji" (Apêndice Geográfico para os Verdadeiros Registros do Rei Sejong: 1454), as duas ilhas de Usan e Utsuryo estão localizadas no mar a leste da província de Uljin. A República da Coreia assevera que a Ilha Usan é a atual Takeshima. No entanto, o "Sejong Sillok Jiriji" também observa que "a ilha já foi uma vez chamada de província Usan, no período Shilla. Era também chamada de Ilha Utsuryo". Outro documento antigo, "Sinjeung Dongguk Yeoji Seungnam" (Edição Revisada e Ampliada da Pesquisa da Geografia da Coreia: 1531), atesta que algumas pessoas consideram que Usan e Utsuryo são originariamente a mesma ilha. Assim, não há nenhuma descrição específica sobre a Ilha Usan em quaisquer destes documentos.

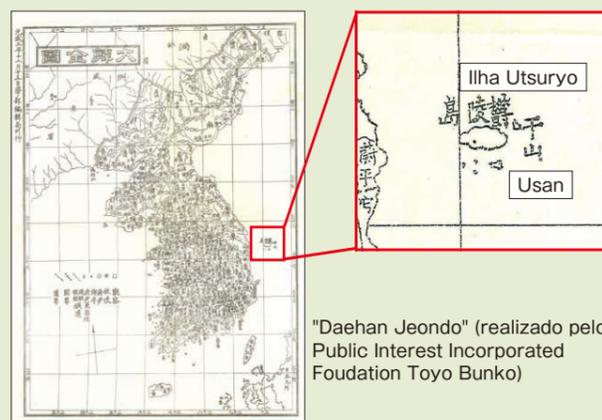
Além disso, outros documentos históricos coreanos incluem descrições da Ilha Usan como um lugar onde viviam muitas pessoas e onde grandes bosques de bambu eram cultivados. Tais descrições não refletem a realidade de Takeshima e, ao invés disso, sugerem algo semelhante à Ilha Utsuryo. Os fatos acima demonstram que nenhuma prova foi encontrada pelo lado coreano de que a Ilha Usan em documentos coreanos antigos fosse a atual Takeshima.

No mapa anexo ao "Sinjeung Dongguk Yeoji Seungnam" (Edição Revisada e Ampliada da Pesquisa da Geografia da Coreia), intitulado "O Mapa das Oito Províncias da Coreia", a Ilha Usan é retratada no mapa como sendo aproximadamente do mesmo tamanho da Ilha Utsuryo e situada entre a península coreana e a Ilha Utsuryo (a oeste da Ilha Utsuryo). Isso significa que a Ilha Utsuryo foi desenhada como sendo um par de ilhas, ou que a ilha que se pensava ser a Ilha Usan não existe e não poderia ser Takeshima, que está localizada a leste da Ilha Utsuryo.



"O Mapa das Oito Províncias da Coreia", incluído na "Edição Revisada e Ampliada da Pesquisa da Geografia da Coreia" (cópia)

Nos mapas da Coreia que datam do século XVIII, a Ilha Usan aparece a leste da Ilha Utsuryo. Em 1899, um mapa chamado "Daehan Jeondo" foi publicado, tendo características modernas, como linhas de latitude e de longitude, e exibindo a palavra Usan em um local perto da Ilha Utsuryo. Acredita-se que esta Usan refere-se à ilha atualmente conhecida como Jukdo, e não a Takeshima atual.



"Daehan Jeondo" (realizado pelo Public Interest Incorporated Foudation Toyo Bunko)

Q.2

Existe comprovação de que a Coreia era detentora da soberania sobre Takeshima antes de sua incorporação pelo governo japonês em 1905?

A.2

Não, o lado coreano não tem apresentado nenhuma comprovação de que detinha a posse das ilhas de Takeshima.

Detalhes

Como explicitado previamente, a República da Coreia assevera que Usan, ou Ilha Usan, descrita em antigos documentos coreanos, é de fato a atual Takeshima, e que, por isso, sempre fora território coreano. No entanto, Usan, em antigos mapas e documentos coreanos, parece ser uma outra denominação para a Ilha Utsuryo ou uma pequena ilha ao lado da Ilha Utsuryo (Jukdo), e, portanto, não Takeshima.

A República da Coreia insiste que, com a Decreto nº 41 (1900) do Grande Império Coreano, estabeleceu-se a área sob a jurisdição da Ilha Utsu como "toda a Ilha Utsuryo e as ilhas de Jukdo e Sokdo (Ishi-jima)", e que "Sokdo" é "Dokdo" (o nome coreano para Takeshima).

A República da Coreia sugere que Sokdo (Ishi-jima) virou Dokdo, porque "Ishi" (dol) também é pronunciado como "dok" em um dialeto regional coreano e que "Ishi-jima" pode ser escrito como "Dokdo" em caracteres chineses, com base na pronúncia. No entanto, se "Sokdo" fosse a atual Takeshima ("Dokdo"), ocorreriam dúvidas sobre a razão pela qual o Decreto Imperial de 1900 não ter utilizado "Dokdo" no texto, o porquê da utilização da denominação "Sokdo", bem como sobre o porquê da denominação "Ilha Usan", que a República da Coreia afirma ser o antigo nome de Takeshima, não ter sido utilizada.

Além disso, mesmo que a "Sokdo", referida no Decreto Imperial, seja Takeshima, ainda não há evidências de que a Coreia já tenha exercido algum controle efetivo sobre Takeshima no momento da promulgação do Decreto Imperial. Portanto, considera-se que a Coreia nunca estabeleceu soberania territorial sobre Takeshima.

Detalhes

Q.3

Takeshima foi excluída do território japonês pelo SCAP (Supremo Comando das Forças Aliadas) após a Segunda Guerra Mundial?

A.3

Não. A SCAP não tinha competência para definir o território japonês.

A República da Coreia afirma que as SCAPIN (Nota Instrutiva do Supremo Comando das Forças Aliadas) nº 677 e nº 1033 excluem Takeshima do território japonês. No entanto, ambas as diretivas prevêm explicitamente que "Nada na presente diretiva deverá ser interpretado como uma indicação da política dos Aliados, relacionada à determinação final das ilhas menores a que se refere o Artigo 8º da Declaração de Potsdam". Isto não foi mencionado, em nenhum momento, pelo lado coreano.

O Parágrafo 3º do SCAPIN 677 estabelece que "Para efeitos da presente diretiva, define-se o Japão como a inclusão das quatro principais ilhas do Japão (Hokkaido, Honshu, Kyushu e Shikoku) e as cerca de 1.000 ilhas adjacentes menores" e, em seguida, também dá uma lista das ilhas excluídas, que incluem a Ilha Utsuryo, a Ilha Cheju, as Ilhas Izu, as Ilhas Ogasawara e Takeshima.

No entanto, no parágrafo 6º da mesma nota, está claramente estipulado que "Nada na presente diretiva deverá ser interpretado como uma indicação da política dos Aliados, relacionada à determinação final das ilhas menores a que se refere o Artigo 8º da Declaração de Potsdam". (Declaração de Potsdam, Artigo 8º: "A soberania japonesa deve ser limitada às ilhas de Honshu, Hokkaido, Kyushu, Shikoku e às ilhas menores, como determinamos."). Portanto, a posição da Coreia é insustentável.